

As contribuições do comércio informal para o desenvolvimento local de uma cidade em fase de industrialização

Luciano Mendes

Universidade de São Paulo, Brasil

mendes@usp.br

Neusa Rolita Cavedon

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

nrcavedon@ea.ufrgs.br

Resumo: o objetivo neste artigo é o de evidenciar aspectos peculiares dos camelôs de uma determinada localidade que serão analisados com vistas a trazer elementos que relativizem o olhar sobre o trabalho dos camelôs, evidenciando a participação desse segmento no desenvolvimento local. A partir de um intenso processo de industrialização vivido pela cidade de Três Lagoas nos últimos anos, houve a atração de um contingente muito grande de mão-de-obra, o que dobrou a população da cidade em um espaço de 10 anos. O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa etnográfica, com utilização central das técnicas de entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostram que o mercado camelô na região é de suma importância, tanto na oferta de produtos não encontrados no mercado formal, como na possibilidade de integração de um número de indivíduos ao mercado de trabalho.

Abstract: from intense industrialization process experienced by the city of Três Lagoas in recent years, there was the attraction of a very large contingent of skilled labor, which doubled the city's population. This made the market for consumption property and services deficit. It was in this view of disability that the vendors began to meet the needs of this growing population. In an attempt to meet the economic and social gap existing in the region of Três Lagoas/MS, enterprises like market vendors were of central importance in the accessibility of people that settled in the region to a diversity of products that were not found in trade site. It was this circumstance that the market peddler Three Ponds has to supply products that are not offered in the local market, contributing to the local development of that city.

I. Introdução

O comércio popular costuma ser percebido de maneira negativa dentro do contexto urbano. Todavia, nem sempre essa ótica se mostra como sendo verdadeira, posto que o comércio popular pode suprir lacunas existentes seja em relação à gama diversificada de produtos a serem oferecidos, seja em razão da oferta de mercadorias ocorrer a preços mais acessíveis a determinadas camadas da população. Desconsiderar esses aspectos é olhar de maneira absoluta e estigmatizante para um comércio que, a despeito de qualquer crítica, vem se mantendo e atendendo a demanda da população, em especial, nas cidades cuja afluência de determinados produtos ainda se mostra ausente ou insuficiente para suprir as necessidades dos cidadãos.

Duas vertentes nessa visão sobre a atividade de camelô devem ser salientadas, ao observar os papéis exercidos por esses sujeitos no desenvolvimento local. Uma vertente é a integração de um grupo de pessoas, muitas vezes constituído de excluídos ou marginalizados, aos processos econômicos. A possibilidade de obter renda através da economia informal tem sido uma das únicas possibilidades a uma gama de indivíduos e que tem contribuída para o aumento nas condições de vida desta casta da população. Uma outra vertente, mais vinculada à atuação deste grupo, é de inserir uma gama de produtos no mercado local. Produtos esses que, muitas vezes, não são ofertados no mercado formal local. Tem em vista de que a possibilidade de consumo de uma população é um dos fatores de manutenção deste grupo em uma localidade, exercer esse papel de oferta de produtos é algo importante.

É com essa abordagem que o presente artigo busca tratar das questões que envolvem o desenvolvimento local. A partir de diferentes abordagens teóricas, o objetivo neste artigo é o de evidenciar aspectos peculiares dos camelôs de uma determinada localidade que serão analisados com vistas a trazer elementos que relativizem o olhar sobre o trabalho dos camelôs, evidenciando a participação desse segmento no desenvolvimento local. Para a consecução deste objetivo, o percurso metodológico que foi utilizado consistiu na etnografia, tendo por técnicas a observação participante, entrevistas e pesquisa documental. Nos próximos itens esse universo será descortinado.

II. Referencial teórico: o conceito de desenvolvimento local

O conceito de desenvolvimento local é em si um conceito fugidio e que possibilitou várias apropriações e articulações. Esse conceito de desenvolvimento local, da forma como surge a partir da década de 1990, possui suas principais características atreladas à ideia de desenvolvimento econômico [como uma crítica a esse modelo de desenvolvimento], que tinha sido alvo das discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países capitalistas, assim como das ideias sobre centro e periferia nos processos econômicos (FURTADO, 2007). O ponto básico que se tinha de discussão [sobre o desenvolvimento econômico], antes da década de 1990, estava assentado sobre a modernização, a tecnologia desenvolvida e a estrutura industrial existente nos países, para a classificação dos países desenvolvidos e daqueles subdesenvolvidos (GOULART, 2006).

Não é possível negar que o conceito de desenvolvimento local, nos dias atuais, apesar das suas metamorfoses (desenvolvimento sustentado, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento integrado, desenvolvimento regional, etc.) não escapou aos ditames econômicos. O que houve foi a integração de outros aspectos para que houvesse a

qualificação necessária ao termo desenvolvimento local, como o fato de inserir nestas discussões os atributos sociais, ambientais e culturais (MARTINS, 2002; SENRA, 2010).

Assim, o termo desenvolvimento local surgiu como a possibilidade ou mesmo contraponto em relação a todo aparato de discussões que se tinha sobre o desenvolvimento econômico, que passou a ser visto como crescimento econômico. A intenção era, no entremeio a todo processo de descentralização da administração pública, da impossibilidade dos Estados conduzirem, de forma geral, os processos de desenvolvimento e das restrições evidentes nos modelos de desenvolvimento econômico, possibilitar a localização de formas peculiares de desenvolvimento. Essas formas peculiares de desenvolvimento, observadas em nível local, tinha como pressuposto as capacidades que os grupos sociais tinham de obter a sustentação econômica, social e ambiental de suas práticas (PIRES, MÜLLER, VERDI, 2006).

Apesar dessas iniciativas, as críticas foram inúmeras. Primeiro que a concepção de desenvolvimento local era amplamente relativa. Isso porque o localismo expresso neste conceito de desenvolvimento conduzia a interpretações múltiplas, onde o local poderia significar: um bairro, em relação a uma cidade; ou uma região, em relação a um Estado; ou um país, em relação a um continente; ou um continente, em relação aos vários outros continentes. Se o desenvolvimento local surgia como um contraponto ao desenvolvimento econômico que se estabelecia a partir das iniciativas do Estado, então no atributo local estaria expresso aspectos ligados as unidades micro ou regionais deste Estado, no sentido de evidenciar formas de desenvolvimento que impactassem diretamente no aumento da qualidade de vida, por exemplo, existentes em regiões, cidades ou bairros (FROEHLICH, 1999; OLIVEIRA, 2001).

Esse fato fica evidente também no trabalho de Fischer (2002a), ao salientar que o “local” está ligado a duas ideias que conduzem à ambiguidade: uma referente a inércia e outra a movimento. Em um sentido estrito, salienta essa autora, o “local” surge como um espaço delimitado, com características estáticas; e, também, numa relação direta com o global, o que instaura mudanças constantes nas relações estabelecidas entre os atores.

Uma outra assertiva em relação ao conceito de desenvolvimento local é de que este conceito, apesar dos indicativos, não possibilitou transcender ou mesmo atribuir outros significados que estivessem além dos pressupostos instituídos nas discussões anteriores sobre (sub)desenvolvimento. Apesar das amplitudes e dos qualificativos que foram inseridos na expressão desenvolvimento local, ainda sim não era um conceito que estimulasse – dado a crise nos modelos econômicos – outras vertentes ou possibilidades de desenvolvimento, pois ainda o desenvolvimento local estaria enredado sob os pressupostos do capitalismo. De fato, não há como negar essa crítica, mesmo porque, no mínimo, uma outra concepção deveria tomar cena e não o termo desenvolvimento (somado o qualificativo local), se a intenção fosse produzir algo que estivesse além dos pressupostos econômicos. A intenção foi de produzir ou mesmo agregar outros qualificativos para o termo desenvolvimento (OLIVEIRA, 2003; MULS, 2008).

Mesmo diante de críticas desta natureza, ainda os estudiosos do desenvolvimento local procuraram desconstruir concepções que eram evidentes nas discussões sobre o desenvolvimento econômico, como os processos evolucionistas nas diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Assim, o localismo nas discussões sobre o desenvolvimento permitia uma crítica a esses processos evolutivos e também a comprovação de heterogeneidade nas constatações sobre o desenvolvimento. A polissemia existente nas discussões sobre o desenvolvimento local estava alocada, principalmente,

sobre essa heterogeneidade, que conduzia os estudiosos a apropriações diversas sobre o termo desenvolvimento local (FISCHER, 2002a).

Na análise desenvolvida por Barbosa e Miotto (2007), esses autores chegam a elucidar que essa metamorfose conceitual está diretamente ligada ao fato de que essa é uma “prática sem teoria”. O que esses autores procuram elucidar é que as vertentes sobre o significado de desenvolvimento local passam por uma diversidade de fatos empíricos que conduzem a apropriações diversas, sem que isso incorra – mesmo que o autor tenha uma visão teórica que subjaz sua análise – em construções teórico-conceituais.

Por esse motivo, as concepções de desenvolvimento voltadas para o “local” surgem através de três instâncias, conforme salientou Fischer (2002a), que são: poder enquanto relações de força, o conceito de espaço delimitado e formação de identidade e práticas específicas. Essas três instâncias é que mostram a possibilidade de ênfase no local, dado a diversidade de manifestações e relações em espaços sociais compartilhados.

O conceito de desenvolvimento local surge então “travestido” pelos pressupostos ideológicos de várias instituições. Como mostra Almeida (2010), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vincula desenvolvimento local à segurança alimentar; a Organização das Nações Unidas (ONU) constitui o desenvolvimento local a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), procurando substituir os índices mais economicista como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita; o SEBRAE atrela as discussões sobre o desenvolvimento local à integração de diversos setores produtivos, formados pelo estímulo e fortalecimento das micro e pequenas empresas; e o SENAC analisa o desenvolvimento local a partir de estratégias da comunidade em utilizar seus recursos e potencialidades para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

Apesar dessa polissemia conceitual, alguns fatores perpassam as discussões de vários autores para o desenvolvimento local. Primeiro uma preocupação com o social, em discussões que evidenciam a necessidade de inclusão social, diminuição das desigualdades, ampliação do acesso a bens e serviços (públicos e privados), redução da pobreza, entre outros (COELHO, 2004; MULS, 2008; SENRA, 2010). Segundo a integração da dimensão ambiental, onde a intenção é a diminuição dos impactos ambientais, dos desperdícios, das proteções e das conservações dos recursos naturais (SANTOS JUNIOR, 2001; SACHS, 2004). Terceiro é a preocupação com as micro e pequenas empresas e com o potencial que emana das comunidades (MARTINELLI; JOYAL, 2004; LUCAS, 2006).

Destas integrações ao conceito de desenvolvimento local surgem diferentes abordagens que procuram dar conta dessas discussões: uma abordagem historicista, outra abordagem estruturalista e uma terceira abordagem, integrativa das duas primeiras, que é a institucional. A abordagem historicista procura elucidar a heterogeneidade das formas de desenvolvimento, assim como leva em consideração as particularidades da história da comunidade, procurando fortalecer aqueles fatores que se manifestam como potencializadores daquela comunidade e que deverão ser o foco das ações futuras. A abordagem estruturalista não evidencia os aspectos históricos no processo de desenvolvimento local, pois avalia esse processo a partir de concepções sistêmicas, onde as manifestações globais – apesar de desconsiderar os efeitos evolucionistas – influenciariam decisivamente as ações locais (ICÓ, 2007).

Além dessas duas abordagens, ainda uma terceira abordagem surgiu no entremeio ao aprofundamento do conceito de desenvolvimento local, que foi a abordagem institucionalista. A intenção desta abordagem foi dar conta da historicidade e da estrutura nos processos de desenvolvimento local. Como bem expõe Muls (2008, p.06), “ao considerar o desenvolvimento como fruto de interações sociais que repercutem no

amadurecimento das instituições locais, a abordagem institucionalista incorpora elementos sociais e históricos que estão arraigados no território, presos aos costumes e à tradição de uma região”.

O que se torna visível nessas discussões sobre o desenvolvimento local é uma íntima relação com o que Certeau (2008) chamou de práticas urbanas. Esse autor procurou mostrar que as produções sociais, econômicas e simbólicas em uma cidade devem ser vistas a partir de sua heterogeneidade. Enquanto a cidade pode ser observada através de sua estrutura física e pouco mutável, Certeau (2008) coloca que em suas práticas micro e pulsantes há a evidência das ações que sustentam e movimentam as cidades. Isso não quer dizer que o foco nas ideias sobre práticas urbanas estão aquém ou além desses modelos, mas, mesmo que funcionando sob essas concepções generalizantes, ainda existe a evidência sobre as ações heterogêneas e localizadas.

Assim, como bem ficou evidente nesta breve discussão sobre o desenvolvimento local, o fortalecimento dos empreendimentos ou ações desenvolvidas em determinadas comunidades (ou cidades) constitui um dos principais vetores para a análise do desenvolvimento local. Ainda neste contexto, como essa diversidade de práticas não torna o “local”, em suas dimensões internas, homogêneo, fica evidente que o desenvolvimento local é produzido por atores diversos e práticas múltiplas, que deem sustentação ao processo de melhoria econômica, de diminuição na desigualdade social, de aumento na qualidade de vida e de acesso a bens e serviços. Seria ilusório pensar que todas essas vertentes fossem implantadas e conduzidas por estruturas únicas, como os governos locais. São os atores neste processo que permitem contribuições diversas em cada etapa e com propósitos diferenciados, mas integrados ao desenvolvimento local.

Por esse motivo, ao elucidar aspectos ligados ao desenvolvimento local, alguns autores, como Oliveira (2001), Senhora e Takeuchi (2005), Albaglia (2006) e Almeida (2010), salientam que, além dos aspectos econômicos, ainda existe um processo de articulação social que visa: a inserção de todos os segmentos sociais a novas dinâmicas econômicas e política-culturais; a geração e consolidação das iniciativas empreendedoras locais; a harmonização e regulação das relações entre cidadão, comunidade e empresa em seu contexto socioambiental; e a construção da sustentabilidade econômica das atividades locais. Na visão de Fischer (2002a), não há como falar de desenvolvimento local sem referência a conceitos como pobreza, miséria, exclusão, participação, solidariedade, produção e competitividade.

Dessas articulações, outros autores têm enfatizado a importância e o fortalecimento das micro e pequenas empresas (MARTINELLI; JOYAL, 2004), do empoderamento das organizações locais e do poder local (FISCHER, 2002b) e do surgimento e efetivação do capital social (BOQUERO; CREMONESE, 2008; MULS, 2008). No que tange ao fortalecimento das micro e pequenas empresas, as discussões sobre redes de empresas (MARTINELLI; JOYAL, 2004; MARTINS, 2002) e arranjos produtivos locais (COELHO, 2004; REIS, 1988) tomam a cena na promoção do desenvolvimento local. Muito dessas iniciativas surgem à margem do Estado e sem incentivos, consolidando antes mesmo de tornarem-se objeto de atenção por parte do poder público local.

Ainda, as discussões sobre o empoderamento das organizações e do surgimento do poder local estão atrelados ao fortalecimento dos atores locais, no que tange às interferências nas ações desenvolvidas pelo poder público, assim como na condução e efetivação das potencialidades existentes na comunidade local (FISCHER, 2002b; ALBAGLI, 2006; LUCAS, 2006).

A teoria sobre o capital social, discutida inicialmente por Putman (2000), considera aspectos como: o grau de confiança existente entre os atores sociais, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade que a caracteriza. Para Putman (2000), o capital social (as redes, as normas e a confiança) facilita a coordenação e cooperação em vista de benefícios mútuos em determinadas comunidades.

O que fica nítido nessas aproximações, por exemplo, entre desenvolvimento local e capital social ou poder local, é sempre a possibilidade aberta de que os atores locais possam desenvolver estratégias que possibilitem aumento na qualidade de vida, diminuição das desigualdades sociais na região ou na comunidade, acesso a bens e serviços, diminuição nos níveis de pobreza, entre outras soluções. Por esse motivo, também, o desenvolvimento local tem-se constituído como um conceito “guarda-chuva”, que procura integrar as peculiaridades e ações locais às vertentes gerais de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

III. Materiais e métodos

Diante desta discussão é que o método de pesquisa escolhido foi a etnografia, realizada entre os camelôs da cidade de Três Lagoas/MS. Na análise de Cavedon (2008, p.143), o método etnográfico “consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre uma determinada comunidade com a finalidade de melhor conhecer o estilo de vida ou a cultura específica da mesma”. Como método etnográfico, Genzuk (1993) diz que é uma forma de pesquisa onde o foco é um olhar muito de perto, que se baseia em experiências pessoais e na participação em determinados contextos. Esse autor salienta que este método se baseia nas técnicas de entrevistas, observação e documentos.

Por esse motivo, para uma apreensão das práticas e rotinas realizadas pelos camelôs da cidade de Três Lagoas/MS, houve a necessidade de registrar todos os eventos, discussões, exemplos, acontecimentos estranhos etc., num diário de campo. O diário de campo se constitui, na análise de Bom Meihy (1996), numa forma de anotações sistemáticas sobre os fenômenos que o pesquisador vivencia. Para esse autor, o pesquisador não precisa mais do que uma caneta e um caderno de bolso.

Assim, além do diário de campo, foram utilizados como métodos de pesquisa algumas entrevistas, a observação participante e também a pesquisa documental e bibliográfica. No caso desta última modalidade de pesquisa, a intenção foi constituir a história da cidade de Três Lagoas/MS e também entender parte da história e dos vários acontecimentos que envolviam os camelôs. Numa sociedade onde a escrita possui centralidade, localizar os aspectos culturais em jornais, notícias, livros, dissertações e teses se torna algo possível num trabalho científico.

Como bem mostra Merriam (1998), a pesquisa documental e bibliográfica serve, em muitos casos, para apreender mais sobre determinada situação, pessoa ou investigação de determinado evento. Essa autora relata que a pesquisa documental pode ser utilizada na investigação, por exemplo, de determinado programa, evento ou pessoa, com a intenção de esclarecer e possibilitar a contextualização e história do objeto de investigação. Ainda nesta linha, Hodder (2000) mostra a diferença entre documento enquanto arquivo e documento enquanto registro, onde o primeiro está ligado aos documentos de caráter oficial e o segundo de caráter mais pessoal. Sendo assim, os documentos utilizados e que fizeram parte do processo de investigação foram os de caráter mais oficial, como livros,

teses, dissertações e notícias de jornal, que focavam a história da cidade e da existência do mercado camelô.

As entrevistas foram conduzidas com três camelôs, denominadas ficticiamente no decorrer deste trabalho de: Dona Jura, Dona Janete e Dona Lurdes. Além destas mulheres que trabalham como camelôs, ainda foram feitas entrevistas com três clientes assíduos do mercado camelô, sendo denominados: Sr. Evandro, Sra. Salete e Sr. Pedro. No que tange ao representante da prefeitura, foi feita entrevista com o antigo Secretários da Indústria e Comércio, que participou ativamente, durante anos, de todo processo de transferência dos camelôs e da constituição do mercado camelô na cidade de Três Lagoas. Dito isso, o próximo passo será o de apresentar os resultados e discussão sobre os dados e informações geradas no âmbito da pesquisa.

IV. Resultados e Discussão

a) Sobre a cidade em estudo

A cidade de Três Lagoas está localizada no extremo leste do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, região centro-oeste do país. Tal região foi habitada e desbravada, inicialmente, por bandeirantes paulistas, em reconhecimento do território nacional, assim como pela busca de novas áreas destinadas à pecuária extensiva. Em suas primeiras incursões os bandeirantes paulistas encontraram ali tribos indígenas dos Ofaié, pertencentes ao Macro-Jê e descendentes das civilizações indígenas do Chaco, na Bolívia. Apesar de ser uma tribo indígena que apresentava comportamentos amistosos com os bandeirantes, por ser um grupo indígena nômade, não tardou para que os Ofaié deixassem a região em direção ao oeste do Estado de Mato Grosso do Sul (CORREA, 1999).

Após esse processo de desbravamento inicial deste região, ocorre a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), com o objetivo de escoar produtos do Centro-oeste do brasileiro para as região mais povoadas do Sudeste e o Sul.. Para a construção dessa estrada de ferro foi construído o acampamento de engenheiros e, logo em seguida, um novo povoado se instala no lugar. A partir deste povoado, em 1914 foi criada a vila de Três Lagoas, que obteve emancipação política e territorial em 1916 (QUEIROZ, 2004).

Os primeiros ambulantes surgem na cidade juntamente com a constituição do primeiro povoado, impulsionados pelas necessidades de alimentos e bebidas naquela região. Outra parte era produzida e gerada na própria região, através de uma agricultura destinada à subsistência. Com a constituição da cidade, os primeiros comércios se instalaram na região central, dado a demanda que surgia na cidade. Assim, o mercado ambulante sempre esteve efetivo e foi parte da lógica de desenvolvimento de muitas cidades, e no caso de Três Lagoas não foi diferente.

Esse mercado informal se instala na região central da cidade em meados da década de 1990, oferecendo produtos contrabandeados do Paraguai. Nesta época, ainda se misturavam os ambulantes e os camelôs, com a prerrogativa de que os últimos possuíam ponto fixo em várias calçadas da cidade. Em 1995 é que se instalam as primeiras bancas de produtos importados na região, de pessoas que procuravam ali uma nova perspectiva e planos de vida. Alguns dos camelôs que surgiram na mesma época eram provenientes de outras regiões do país, muitos trabalhavam como ambulantes e resolveram se instalar na cidade. Com essas primeiras manifestações é que algumas pessoas já residentes na cidade resolveram também se inserir neste mercado, por conta do desemprego e de um número

significativo de pessoas que se aposentavam pela Estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB).

Essa atração do mercado de camelôs está diretamente ligada ao processo de industrialização que começou a ocorrer no município. Em meados da década de 1990, tendo em vista o potencial logístico e posicionamento estratégico da cidade de Três Lagoas, fez com que o Prefeito e o Secretário da Indústria e Comércio fossem buscar investimentos na expansão industrial do município. Dado os incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul, juntamente com as iniciativas e incentivos da própria prefeitura de Três Lagoas, em 1997 iniciou-se o processo de industrialização do município, com a atração de empresas diversificadas (MARTIN, 2000).

O crescimento industrial da cidade revela-se pelo número de habitantes e pela geração de empregos. Em 1990 a cidade tinha 65.748 habitantes. Em 2000, após as primeiras iniciativas de industrialização, a cidade passou a acolher 85.886 habitantes. Em 2013 a cidade possui 105.224 habitantes. Em períodos médios de 10 anos a cidade agrega, em média, 20.000 habitantes. Em 2013 passou a ser a terceira cidade com maior número populacional do Estado do Mato Grosso do Sul, perdendo apenas para a capital Campo Grande, com 805.397 habitantes, e para Dourados, com 200.729 habitantes (IBGE, 2013).

Com relação à geração de empregos, em 2004 o sistema industrial instalado na cidade gerava cerca de 2.500 mil empregos direto. Após 2006 e até 2013, a cidade vem atingindo os maiores índices de novos empregos no Estado do Mato Grosso do Sul. Nos três últimos anos, tem-se despontado em primeiro lugar na geração de empregos. Dados do Governo do Estado mostram que no último trimestre de 2013, Três Lagoas gerou 790 novas vagas de emprego, enquanto Dourados, segunda maior cidade do Estado, gerou 486 novas vagas de emprego. A capital Campo Grande, ficou em quinto lugar, com apenas 199 novas vagas (CAGED, 2013).

Apesar de todo esse potencial, o crescimento da cidade e da industrialização ocorreu em um curto espaço de tempo, pouco mais de 15 anos. Neste curto espaço de tempo a população da cidade quase dobrou e a estrutura urbana não conseguiu acompanhar todo esse crescimento. Apesar de o mercado formal de emprego estar em amplo crescimento no município, o que tem atraído um contingente populacional grande, em termos de mercado de abastecimento geral de produtos destinados às famílias, não houve um crescimento capaz de acompanhar aquele iniciado com o processo de industrialização. Diante deste déficit no comércio é que os camelôs passaram a ser atores-chaves, no sentido de abastecer as famílias que passaram a residir na cidade, de produtos não encontrados no mercado local. Esse assunto será discutido no próximo tópico.

b) A centralidade do mercado de camelôs na cidade de Três Lagoas/MS

Ao ter contato com a história do mercado camelôs de Três Lagoas, contada pelos camelôs e pelos sujeitos que, no início das atividades naquela cidade, estabeleciam algum tipo de relação com os camelôs (como é o caso do antigo Secretário da Indústria e Comércio), ficou evidente que as atitudes dos camelôs, naquela época, tinham sido mais ativas, no processo de venda dos produtos. Os camelôs realizavam um assédio constante sobre os possíveis consumidores que transitavam próximos às barracas instaladas nas calças em frente aos bancos e às lojas de varejo existentes no centro da cidade. Isso ficou visível na fala do Sr. Sebastião:

Na época nós precisávamos resolver o problema dos camelôs no centro da cidade, porque a cidade estava suja, feia e você não conseguia andar pelas calçadas. Por que, além deles [os camelôs] ocuparem as calçadas, tinha o assédio que eles faziam nas pessoas. Então você estava andando e

o pessoal puxando você para dentro das barracas. (**Sr. Sebastião – antigo Secretário da Indústria e Comércio**)

Neste trecho da entrevista com o Sr. Sebastião fica evidente que a atitude dos camelôs na época em que eles ocupavam a área central da cidade era totalmente diferente daquela que eles possuem hoje. Isso porque nos dias atuais todo esse assédio não ocorre mais para quem transita próximo ao mercado de camelôs. Há possibilidade de várias explicações para isso, mas a que mais se tornou evidente foi a da centralidade desse mercado no contexto da cidade de Três Lagoas. Na mesma linha salientada pelo Sr. Sebastião, também vários camelôs mais antigos sempre tocavam no assunto de maneira semelhante, como a Dona Maria, a Dona Jura e a Dona Janete. Elas diziam que assediavam os consumidores naquela época, pois era uma forma de vender. Abordavam os consumidores já na porta do banco e que sempre uma parte do dinheiro ficava com os camelôs, como fica claro nesta passagem da entrevista com a Dona Janete.

Como a gente estava incomodando no centro, nas portas dos comerciantes, eles viram que estávamos incomodando e mandaram a gente para cá. Mas lá era bom, porque cada um tinha um ponto certo também. Tirávamos a barraca no final do dia, mas cada um tinha seu ponto e montava a barraca no mesmo lugar. Como era mais no centro, a gente tinha um número grande de clientes. Conquistávamos os clientes na porta do banco. Não tinha um que não comprava de mim...(risos)...Era uma briga para conquistar os clientes. Depois era só vê-lo e ir logo perguntando se não estava precisando de algo. Eu sabia o nome de cada cliente meu. Tinha uma agendinha, assim, que eu anotava tudo...(risos)...Anotava até quem comprava mais...(risos)...Era muito bom! (**Dona Janete – camelô**).

Os camelôs foram retirados das calçadas que ocupavam no centro e transferidos para um outro local, também próximo ao centro, onde foram melhor acomodados. Neste novo local, a prefeitura organizou toda a estrutura de instalação para que o mercado de camelôs ficasse fixo naquele local, sendo proibidos de se instalarem novamente nas calçadas do centro da cidade. Essa transferência, que ocorreu no início do anos 2000, impactou significativamente – pelo menos inicialmente – nas vendas dos camelôs, como pode ser constatado na entrevista da Dona Jura.

Quando a gente veio para cá não tinha nada. Era um paradeiro e a gente veio da rua, né? A gente ficava na frente do banco. A gente já pegava o cliente na frente do banco...(risos)...Aí a gente veio para cá e uns três meses, assim, não passava ninguém aqui...Aí depois o pessoal começou a vir e hoje aqui é um ponto turístico da cidade. Aqui não tem quem não venha. A gente tem cliente das classes A até a E. De todas as categorias. O rico, o pobre e o médio. Vem todos comprar nos camelôs...E a gente tem clientes da alta sociedade...(risos)...(**Dona Jura – Camelô**).

Essa ênfase dada pela Dona Jura ao dizer que todos compram no mercado de camelôs, mostra que este não é um mercado marginalizado – particularmente na cidade de Três Lagoas – em relação ou comparação ao mercado de varejo formal. Muito pelo contrário, esse mercado de camelôs, até pela ampla capacidade de abastecimento da demanda local por produtos diversos, possui uma centralidade interessante, pois grande parte dos produtos de consumo das famílias era abastecida por esse mercado.

Não foram raras as vezes em que os próprios camelôs diziam que ali era um lugar onde se vendia de tudo. Durante uma entrevista com a Dona Lurdes, que também era uma das mais

antigas camelôs existente naquele lugar, com mais de 20 anos vivendo como camelô, ela foi enfática ao dizer que:

Por mim, eu passo o resto da minha vida aqui. Aqui a gente vende bem. A gente já tem a clientela. Aqui pelo menos a gente sabe que a gente vende. [...] Mas você sabe que eu acho que onde o camelô estiver o povo vai atrás...vai!....vai!....Aqui no camelô você acha de tudo...desde uma agulha a um....tudo que você pensar aqui no camelô tem (**Dona Lurdes – Camelô**).

Esse frase do “Aqui no camelô você acha de tudo” nunca representou somente um jargão, mas uma realidade . Eu sempre fiquei muito impressionado com a quantidade de coisas que eles comercializavam ali, desde bancos e almofadas para sofás, passando por malas e artefatos para pesca, até ervas e produtos naturais. Isso para mostrar somente as coisas mais exóticas que eram comercializadas naquele local. Não haviam restrições. Tinham produtos para piscinas, roupas variadas, tênis e sapatos, eletroeletrônicos, computadores, perfumes, vídeo games e jogos, televisores e antenas e também componentes variados. Sempre me chamaram a atenção, não só a quantidade, mas a diversidade de produtos.

Devido ao fato de a cidade não possuir um comércio amplamente estruturado, o mercado camelô supre em muito as necessidades existentes ali. Por mais que a primeira impressão fosse de que esse mercado era marginalizado, com uma série de pessoas em condições econômicas desfavoráveis, ou que era um mercado que concorria com o comércio vendendo produtos de baixa qualidade a um preço mais acessível, muito disso foi sendo desconstruído. O mercado camelô de Três Lagoas não estava à margem do comércio local, muito pelo contrário, o comércio local é que estava à margem do mercado camelô.

Neste mercado camelô há uma variedade, em termos de quantidade e diversidade, muito ampla. Os produtos comercializados ali iam desde bancos e almofadas para sofás, passando por malas e artefatos para pesca, até ervas e produtos naturais. Tinham produtos para piscinas, roupas variadas, tênis e sapatos, eletroeletrônicos, computadores, perfumes, vídeo games e jogos, televisores e antenas e também componentes variados.

Em relação ao mercado de varejo formal, os camelôs possuem produtos exclusivos, que são encontrados somente ali. Nas três entrevistas com os clientes do mercado camelô, em todas, essas questões sobre a exclusividade de produtos que os camelôs tinham, ficaram evidentes. Isso pode ser visto nos fragmentos abaixo:

Tem produto que só se encontra lá nos camelôs. Você já nem procura, vai direto ao camelódromo. Não, e eu faço questão de ir nas lojas. Esses dias quebrou o transformador do meu telefone sem fio. Eu passei em todas as lojas de eletroeletrônicos. Em todas as lojas! Sabe o que aconteceu? Todas elas me indicaram o camelódromo! Entendeu? E logo vão dizendo que somente os camelôs que tem e que você só vai encontrar lá. Se você quiser comprar numa loja regularizada, vai ter que ir em outra cidade comprar, porque aqui só tem nos camelôs (**Sr. Evandro – Cliente do mercado camelô**).

Manutenção de eletrodoméstico. Liquidificador. Geladeira. Processador antigo. Você precisa da borrachinha do processador, você vai lá e encontra. Só ali que tem. Você precisa de um copo para o liquidificador que quebrou, só ali que tem. No comércio daqui você não encontra. E vou te dizer mais, eles nem fazem força para ter. Não sei se são produtos que dão menos lucro, mas nem precisa gastar combustível e procurar no comércio. Tem que ir direto nos camelôs (**Sra. Salete – Cliente do mercado camelô**).

Camisa de clube, por exemplo. Camisa de clube, se você for comprar original é um absurdo. Não dá para comprar. Daí você vai lá no camelódromo que tem e você nem nota muito a diferença. Você ainda no comércio aqui não encontra muitas camisas. Lá você encontra de tudo quanto é time. Aqui nas lojas você encontra só de alguns times. Lá não, você encontra de tudo (**Sr. Pedro – Cliente do mercado camelô**).

Essas entrevistas mostram que muitos dos produtos consumidos na cidade de Três Lagoas são provenientes em exclusividade do mercado camelô. Com isso, fica fácil concluir a importância e centralidade deste mercado como sustentáculo no consumo das famílias que residem ali. Provavelmente, os custos familiares na cidade de Três Lagoas seriam altos se não houvesse o mercado camelô, pois muitos produtos seriam adquiridos em outras localidades. Mas não é somente isso, é uma questão também de fixação das famílias e dos empregados na cidade, pois sendo deficitário o mercado de varejo local, muitas famílias poderiam ter como opção residir em outra localidade e não na cidade. Isso geraria um impacto negativo no processo de industrialização e na absorção de mão-de-obra qualificada. Com o intuito de compreender essa dinâmica na cidade em estudo, no próximo tópico será discutido o papel do mercado camelô no desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas/MS.

c) Desenvolvimento local e o papel exercido pelo mercado camelô

A aproximação entre as discussões sobre o desenvolvimento local e suas vertentes e pressupostos com o caso dos camelôs de Três Lagoas não foi ao acaso. Primeiro foi a constatação, da centralidade do mercado camelô naquela. Essa centralidade ocorre de diversas formas, mas a principal é a capacidade de abastecimento de uma série de produtos que não são encontrados no comércio local. Estando integrado ao comércio local, o mercado camelô supre aquela comunidade de vários produtos de necessidades mais básicas e também produtos supérfluos. O fato é que o mercado camelô de Três Lagoas/MS não atende somente o consumidor final, mas atende também uma série de outros comerciantes que utilizam insumos adquiridos através dos camelôs. Como exemplo, muitos produtos são consumidos por pequenas empresas de serviços que realizam consertos em eletrodomésticos/eletrônicos.

Essa centralidade do mercado é que torna evidente sua contribuição no desenvolvimento local, que se expressa através do abastecimento de produtos essenciais ou não para uma comunidade que vivencia amplo processo de industrialização, assim como contribui para a manutenção de insumos necessários à prestação de serviços realizados por pequenas empresas da região. Além disso, o camelódromo possibilita, através dos baixos preços, que um número significativo da população regional tenham a possibilidade de consumo.

Como bem expôs Milles (2007), as teorias sobre o consumo enfatizam, em grande parte, os fatores negativos, deixando à margem implicações reais de que o consumo possui seu significado atrelado à cultura material, que permite acesso e que produz relações sociais e formas de sociabilidade. Apesar de o consumo, na forma como é realizado nos dias atuais, ter suas expressões mais evidentes no sistema capitalista, como salientou Barbosa (2004), a visão discutida por Milles (2007) sobre a materialidade cultural do consumo procura enfatizar que o consumo sempre esteve na base das sociedades humanas e, nos dias atuais, ele [o consumo] tem sido utilizado numa proximidade com os pressupostos culturais compartilhados por um dado grupo ou comunidade.

O trabalho de Milles (2007) mostra que existem formas regionalizadas de consumo, que estão além ou aquém do consumo enquanto atendendo a necessidades básicas ou enquanto manifestação de um fetichismo publicitário. Que ambas as coisas podem [ou mesmo]

possuem sua parcela de influência neste processo, o que Milles (2007) procura destacar é que o consumo em si não se reduz apenas a uma dessas vertentes, transfigurando-se ou mesmo alterando seu significado em grupos sociais diferenciados ou comunidades.

Ao estudar o mercado de camelô na cidade de Três Lagoas/MS o que se torna visível, num rápida apreensão, é de que o consumo dos produtos ali comercializados está diretamente influenciado por um fetichismo publicitário ou mesmo que grande parte dos produtos consumidos é destinada ao atendimento de necessidades básicas. Apesar de não ser possível negar todas essas influências no processo de consumo realizado a partir dos produtos oferecidos pelos camelôs, ainda o consumo estimula formas de sociabilidade e de relações pessoais que, como bem expos Milles (2007), não ocasionam a corrosão dos valores e dos atributos morais de uma comunidade ou sociedade, como procurou avaliar a linha crítica sobre o consumo.

Mesmo que à margem da legalidade e da formalidade, o comércio de camelôs tem contribuído com a disseminação de uma série de produtos que, com maior ou menor importância, vem possibilitando um nível significativo de consumo, assim como o acesso de um número de pessoas a produtos que antes não eram acessíveis. Se no caso dos camelôs do Rio de Janeiro/RJ (QUEZADA, 2008) ou mesmo de Porto Alegre/RS (MACHADO, 2004) esse mercado se configura como mais uma modalidade de comércio no contexto de uma grande cidade, no caso de Três Lagoas/MS não foi isso que se tornou evidente. Primeiro vale salientar a diferença entre ambas as cidades. Enquanto as cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre são grandes cidades e que comportam modalidades estruturadas e variedades de comércios, a cidade de Três Lagoas/MS – apesar do crescimento nos últimos anos – ainda é uma cidade de pequeno porte, que cresceu mas não se desenvolveu, pois não possui nada próximo, em termos de comércio, daqueles existentes na cidade do Rio de Janeiro ou de Porto Alegre.

Na tentativa de suprir ou mesmo diminuir o hiato econômico e social existente na região de Três Lagoas/MS, empreendimentos como o mercado de camelôs foram de importância central na possibilidade de acesso das pessoas que se instalavam naquela região a uma diversidade de produtos que não eram encontrados no comércio local. O processo de industrialização que passou a ocorrer na cidade de Três Lagoas/MS nos últimos anos, criou um hiato no processo de abastecimento do mercado local que foi, gradativamente, suprido pelo mercado camelô.

Segundo que o mercado camelô em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre, apesar da contribuição no acesso a produtos por um contingente significativo de pessoas com poder aquisitivo menor, surge como mais um mercado que, não necessariamente, exerce o papel de suprir produtos que não são oferecidos no comércio formal local. No caso do camelódromo de Três Lagoas/MS esse papel é evidente, ou seja, a contribuição ao processo de desenvolvimento local. Provavelmente, os questionamentos que surgem nesta etapa de discussão acabam levando em consideração vários fatores limitantes e que estão nítidos nas considerações realizadas anteriormente sobre o significado e os atributos contidos no conceito de desenvolvimento local. Nas discussões sobre o desenvolvimento local estão expressas peculiaridades locais, diversidades de ações e atores, ênfase nas atitudes ou práticas micro, entre outras, que contribuem para o desenvolvimento de uma localidade ou região.

As limitações estão evidentes, no que tange às discussões atuais sobre o desenvolvimento local, nas questões voltadas à sustentabilidade, à proteção e preservação do meio ambiente, ao empoderamento da comunidade local, à justiça social, à eliminação ou redução da pobreza, entre outras. Isso porque, na forma como o mercado camelô foi [e é] constituído,

muitas dessas argumentações são margeadas, pois não integram as preocupações ou mesmo objetivos desta atividade de comércio. Mesmo que muitas dessas articulações não sejam visíveis no caso dos camelôs, ainda sim, enquanto mais um dos atores existentes na localidade, as contribuições desta modalidade de comércio, particularmente, na cidade de Três Lagoas, são constatáveis. O mercado camelô se constitui como mais um ator neste processo e, por isso, não é de se esperar que eles [os camelôs] deem conta de todas as ações regionais que possibilitem a variedade de atributos congregadas no conceito de desenvolvimento local.

Além disso, no caso específico da cidade de Três Lagoas/MS – e também de muitas outras cidades brasileiras – o processo de desenvolvimento econômico e social não ocorreu de forma amplamente estruturada, no sentido de que, para o surgimento de um parque industrial, era necessário determinados pré-requisitos ou estruturas que pudessem, efetivamente, possibilitar o desenvolvimento sustentado das iniciativas que seriam constituídas. É visível na história econômica brasileira (FURTADO, 2007) uma série de empreendimentos conduzidos, muitas vezes pelo poder público, que dispunham do mínimo [ou nem isso] capaz de constituir um crescimento inicial em determinadas áreas [o modelo de substituição de importações é um exemplo nítido desta afirmação – para saber mais sobre esse modelo ver Furtado (2007)] e que depois permitiu o desenvolvimento e sustentação das atividades.

Três Lagoas/MS não foi exceção a essa regra, pois a preocupação do poder público no início do processo de constituição de um parque industrial na cidade – conforme entrevista com o Sr. Sebastião, antigo Secretário da Indústria e Comércio – era com a instalação das empresas na região, sem preocupação evidente em termos de estruturas econômicas e sociais capazes de dar suporte a toda mudança [econômica, ambiental e social] que tal processo ocasionou na cidade. Por esse motivo, houve um ajustamento constante dos sujeitos integrantes a esse processo para suprir e conceder o mínimo de recursos necessários à comunidade existente na região. Os camelôs existentes ali cumpriram parte deste papel, na tentativa de abastecer o mercado local com produtos que antes não eram encontrados.

Assim, por mais que aspectos como ilegalidade e informalidade são evidentes no contexto da atividade de camelô, o que tem impulsionado o poder público local à formalização e legalização desta atividade, esses atores [os camelôs], particularmente naquela localidade, foram e são de suma importância para o desenvolvimento local. O que ficou visível também no caso dos camelôs de Três Lagoas foi todo um movimento do poder público local e do SEBRAE para formalizar e legalizar, assim como profissionalizar a categoria de camelô. O fortalecimento das micro e pequenas empresas existentes numa localidade também se configura como uma das ações centrais para o desenvolvimento local.

Assim, o embate evidente entre o poder público municipal, os comerciantes e os camelôs, acaba impactando, no curto prazo, como fatores negativos, pela geração de focos de conflito, mas no longo prazo, dado os desdobramentos que esse embate vem tendo nos últimos anos, as possibilidades de ganhos para a comunidade local, talvez, configurem-se como positivas. A legalização e formalização da atividade, a transferência dos camelôs para um local estruturado, as possibilidades de benefícios equitativos aos comerciantes formalizados, o comércio de produtos que contribuem, de forma mais eficiente, para com os anseios da comunidade local, entre outras, impulsionam a comunidade às formas mais estruturadas e sustentadas de desenvolvimento.

Enfim, neste processo de estruturação alguns ganhos já são evidentes, como a possibilidade de acesso e consumo a um número significativo de pessoas residentes na

cidade, assim como os preços competitivos impulsionam o comércio local a trabalhar com preços mais baixos. Esses são ganhos interessantes que o camelódromo acabou ocasionando na região e que, de uma forma ou outra, impactam, direta ou indiretamente, em alguns pressupostos impulsionados no contexto do desenvolvimento local, como, por exemplo, a diminuição das desigualdades em termos de consumo e a possibilidade de aumento no poder aquisitivo através dos menores preços praticados. Mesmo que muitos dos produtos oferecidos pelos camelôs sejam falsificações ou replicadas de produtos consumidos por uma elite, muitos outros produtos atendem necessidades básicas [sabonetes, shampoos, alimentos enlatados, biscoitos, entre outros] e domésticas [artefatos em geral de cama, mesa e banho] da população existente na região. Isso mostra, em parte, a contribuição deste mercado de camelôs para o desenvolvimento local de Três Lagoas/MS. Para finalizar este percurso, vale salientar algumas considerações finais.

V. Conclusões

O conceito de desenvolvimento local é em si um conceito fugidio e que possibilitou várias apropriações e articulações. Esse conceito de desenvolvimento local, da forma como surge a partir da década de 1990, possui suas principais características atreladas à ideia de desenvolvimento econômico [como uma crítica a esse modelo de desenvolvimento], que tinha sido alvo das discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países capitalistas, assim como das ideias sobre centro e periferia nos processos econômicos. Por esse motivo, as concepções de desenvolvimento voltadas para o “local” surgem através de três instâncias, que são: poder enquanto relações de força, o conceito de espaço delimitado e formação de identidade e práticas específicas. Essas três instâncias é que mostram a possibilidade de ênfase no local, dado a diversidade de manifestações e relações em espaços sociais compartilhados.

Assim, o fortalecimento dos empreendimentos ou ações desenvolvidas em determinadas comunidades (ou cidades) constitui um dos principais vetores para a análise do desenvolvimento local. Ainda neste contexto, como essa diversidade de práticas não torna o “local”, em suas dimensões internas, homogêneo, fica evidente que o desenvolvimento local é produzido por atores diversos e práticas múltiplas, que deem sustentação ao processo de melhoria econômica, de diminuição na desigualdade social, de aumento na qualidade de vida e de acesso a bens e serviços. Foi desta constatação que ficou evidente, para além dos problemas elucidados sobre a atividade de camelô de Três Lagoas, a contribuição deste mercado para o desenvolvimento local, dado o fato de que, com o processo de crescimento industrial efetivado na cidade, os camelôs supriam uma série de produtos que não eram comercializados ou que o comércio local não dispunham ou tinham interesse em atender.

É neste sentido que o mercado de camelô contribui para o desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas. Isso devido ao fato de que a cidade passou, nos últimos anos, por um intenso processo de industrialização, na tentativa de ser a cidade com a maior concentração de indústrias na área de papel e celulose. Por esse motivo, houve a atração de um contingente muito grande de mão-de-obra, o que dobrou a população da cidade. Isso tornou o mercado de consumo de bens e serviços deficitário. Foi neste panorama de deficiência que os camelôs passaram a suprir as necessidades desta população em crescimento.

Com resultados ficou evidente que, na tentativa de suprir ou mesmo diminuir o hiato econômico e social existente na região de Três Lagoas/MS, empreendimentos como o mercado de camelôs foram de importância central na possibilidade de acesso das pessoas que se instalavam naquela região a uma diversidade de produtos que não eram encontrados no comércio local. Um outro ponto detectado durante a pesquisa foi a centralidade do mercado camelô na cidade de Três Lagoas, pois este exerce o papel de suprir produtos que não são oferecidos no comércio local.

Os camelôs existentes ali cumpriram parte deste papel, na tentativa de abastecer o mercado local com produtos que antes não eram encontrados. Assim, por mais que aspectos como ilegalidade e informalidade são evidentes no contexto da atividade de camelô, o que tem impulsionado o poder público local à formalização e legalização desta atividade, esses atores [os camelôs], particularmente naquela localidade, foram e são de suma importância para o desenvolvimento local.

O que ficou visível também no caso dos camelôs de Três Lagoas foi todo um movimento do poder público local e do SEBRAE para formalizar e legalizar, assim como profissionalizar a categoria de camelô. O fortalecimento das micro e pequenas empresas existentes numa localidade também se configura como uma das ações centrais para o desenvolvimento local. E assim, diante dessas várias manifestações de diversidade, as possibilidades de eu compreender as culturas organizacionais territorializadas tornava-se um empreendimento possível, assim como essa compreensão possibilitava observar – para além dos fatores negativos evidentes – as contribuições para o desenvolvimento local.

Referências

ALBAGLI, S. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, Brasília, v.1, n. 2, p. 14-22, abr/set, 2006.

ALMEIDA, F. A. **Desenvolvimento local: fundamentos para uma crítica marxista**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, PUC/SP, 2010.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí/RS: Unijuí, 2008.

BARBOSA, R. K.; MIOTO, B. O Desenvolvimento Local em Perspectiva: Explorando alguns ângulos do debate. **Anais...** VI Semana de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2007.

BOM MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregos. **Síntese do mercado de trabalho formal no Mato Grosso do Sul**. Acessado em: 24/04/2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013E141AE9CA4E5A/MS%20março%2013.pdf>, 2013.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

COELHO, F. D. Ambiência produtiva e construção social no território: o programa de desenvolvimento local no município de Pirai. **Anais...IX** Congresso Internacional del Clad sobre reforma del Estado y de la Administracion Pública. Madrid, Espanha, 2004.

CORREA, V. B. **Fronteira oeste**. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 1999.

FICHER, T. A gestão do desenvolvimento local: agenda em aberto e proposta de qualificação. **Anais...VII** Congresso Internacional del Clad sobre reforma del Estado y de la Administracion Pública. Lisboa, Portugal, 2002b.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão : introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002a.

FROEHLICH, J. M. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba/PR, n.44, v.96, p. 210-223, 1999.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GENZUK, M. **A Synthesis of Ethnographic Research**. Los Angeles: University of Southern California, 1993.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2006.

HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (editors). **The handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Três Lagoas/MS. Acessado em: 20/04/2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500830>, 2013.

ICÓ, I. **Desenvolvimento local**: adaptação ou contestação? As realidades de Guarapuá e Barra dos Carvalhos/BA. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA: UFBA, 2007.

LIMA, V. R. **Desenvolvimento local em Camapuã**: monções, território, história e identidade. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UCDB, 2006.

LUCAS, L. P. V. **QualiCidades**: poder local e qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: Qualimark, 2006.

MACHADO, R. P. “**A garantia soy yo**”: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). Dissertação de mestrado (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MARTIN, J. H. **História de Três Lagoas**. Bauru: Do autor, 2000.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri/SP: Manole, 2004.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.3, n.5, p. 49-59, 2002.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. Rev. and expanded. 1st ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

- MILLER, D. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Por Alegre, ano 13, n.28, p. 33-63, jul/dez, 2007.
- MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organizações e instituições locais. **Revista Economia**, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan/abr, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Aproximações do enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis, 2001.
- PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, território e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro/SP, v. 31, n.3, p. 437-456, set/dez, 2006.
- PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos**: a E. F. Noroeste Paulista na primeira metade do século XX. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2004.
- QUEZADA, D. I. C. **Ser ou Estar? *Eis o dilema***: o cotidiano de ambigüidades dos camelôs de Copacabana. Dissertação de mestrado (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 12, v. 26, p. 1-15, 1988.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.
- SANTOS JUNIOR, O. A. **Democracia e governo local**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- SENHORA, E. M.; TAKEUCHI, K. P. A gestão pública entre a competição e a solidariedade: desvendando as estratégias do desenvolvimento local. **Anais...II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2005.
- SENHORA, E. M.; TAKEUCHI, K. P. A gestão pública entre a competição e a solidariedade: desvendando as estratégias do desenvolvimento local. **Anais...II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2005.
- SENRA, K. V. **Política e instituições para o desenvolvimento econômico territorial**: o caso do Brasil. Santiago/Chile: CEPAL, 2010.
- TERRES, M. S; CAVEDON, N. R.; SANTOS, C. P. “O que reluz, definitivamente, não é ouro”. Estudo sobre o consumo de réplicas de marcas de luxo. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 9, n. 16, p. 91-113, 2010.